

AS ESCOLAS ISOLADAS E O ENSINO PRIMÁRIO EM MATO GROSSO NOS ANOS DE 1920

Schools and Isolated primary education in the year of 1920 Mato Grosso

Escuelas y la educación primaria Aislado en el año de 1920 Mato Grosso

Marineide de Oliveira da Silva¹

RESUMO: Nos anos de 1920, predominava em Mato Grosso um modelo de instituição escolar primária que reunia, em uma única sala de aula, estudantes de diferentes níveis de conhecimento, as Escolas Isoladas. Localizadas em pequenos núcleos urbanos, distritos, vilas e áreas rurais, estavam presentes em todas as localidades do estado e oportunizavam acesso à educação primária às diferentes demandas da sociedade mato-grossense. Para contribuir com estudos sobre instituições escolares, este artigo busca a partir de análises de fontes documentais, disponíveis no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR) e no acervo da Casa Barão de Melgaço (ACBM), analisar a criação da Escola Isolada em Mato Grosso, suas especificidades e destaque no cenário educacional desse estado nos anos de 1920. As fontes sinalizam que a Escola Isolada, mesmo sendo predominante em Mato Grosso, não recebia “atenção” do poder público, funcionava em locais impróprios, sem estruturas física e pedagógica para o ato educativo.

Palavras-chave: História da Educação. Escola Isolada. ensino primário.

ABSTRACT: In the 1920s, predominated in Mato Grosso a model primary school institution bringing together in a single classroom, students of different levels of knowledge, Isolated Schools. Located in small townships, districts, towns and rural areas, were present in all the cities of the state and oportunizavam primary access to the different demands of Mato Grosso society education. To contribute to studies on educational institutions, this article seeks from analyzes of documentary, available sources in the Public Archives of Mato Grosso (APMT), the Center for Historical Documentation and Regional Information (NDHIR) and the House of Baron Melgaço acquis (ACBM), analyze the creation of Isolated School in Mato Grosso, and highlight their specific educational scenario in that state in the 1920s. sources indicate that the isolated school, even being prevalent in Mato Grosso, received no "attention" of the government functioned in inappropriate places without physical and pedagogical frameworks for educational act.

Keywords: History of Education. Isolated school. primary education.

RESUMEN: En la década de 1920 predominaron en Mato Grosso una institución escuela primaria modelo que reúne en un solo salón de clases, los estudiantes de los diferentes niveles de conocimiento, Aislado Escuelas. Situado en pequeños municipios, distritos, pueblos y zonas rurales, estuvieron presentes en todas las ciudades del estado y el acceso a la educación primaria oportunizavam las diferentes demandas de la sociedad Mato Grosso. Para contribuir a los estudios sobre las instituciones educativas, este artículo busca del análisis de las fuentes documentales disponibles en el Archivo Público del Mato Grosso (APMT), Centro de Documentación Histórica e Información Regional

¹ Mestre em Educação. Pedagoga, especialista em Educação Infantil pela Universidade Federal de Mato Grosso. Membro do Grupo Pesquisa História da Educação e Memória (GEM) do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: mari.oliveirasil@gmail.com.

(NDHIR) y la Casa del Barón Melgaço acervo (ACBM), analizar la creación de la Escuela aislados en Mato Grosso, y poner de relieve su escenario educativo específico en el estado en la década de 1920. Las fuentes indican que la escuela aislada, aun siendo prevalente en Mato Grosso, no recibió "la atención" de los poderes públicos, trabajó en locales impropias y sin estructuras física y pedagógica para el acto educativo.

Palabras clave: Historia de la Educación. Escuela Aislada. educación primaria.

INTRODUÇÃO

As escolas isoladas sempre estiveram presentes enquanto classificação escolar em todo o Brasil, e, de acordo com Souza (1998, p. 51), nos primeiros decênios republicanos “[...] sobreviveram à sobra dos grupos escolares, nas cidades, nos bairros e no campo”. A autora acrescenta ainda que, apesar dessas escolas “serem consideradas tão necessárias, os grupos foram mais beneficiados e nelas continuou predominando a carência de tudo: materiais escolares, livros, cadernos, salas apropriadas e salários para professores”.

Os grupos escolares, diferentemente das escolas isoladas, foram instalados em majestosas construções destinadas, prioritariamente, à educação das elites urbanas. Segundo Reis (2003, p. 150), “construídos nas primeiras décadas da República, se destacavam em meio aos demais edifícios, provocando admiração daqueles que observavam de fora e que tinham o ‘privilegio’ de conhecê-las por dentro.” Sobre o assunto, Schueler e Magaldi (2008, p. 43) explicam que os padrões dos grupos escolares, disseminados por todo o país,

[...] assumiam grande relevo, aspectos como a construção de prédios considerados apropriados para a finalidade educativa, o trabalho escolar apoiado no princípio da seriação e no destaque conferido aos métodos pedagógicos, entre os quais se situava, especialmente, o método intuitivo; a divisão e hierarquização da atuação dos profissionais envolvidos no cotidiano da escola; a racionalização dos tempos escolares; o controle mais efetivo das atividades escolares, entre outros.

As escolas isoladas, assim como os grupos escolares, atendiam à demanda do ensino primário, contudo, as primeiras vivenciaram inúmeras privações e dificuldades. Souza (2010, p. 155), em suas pesquisas sobre a história da escola primária paulista, revela as circunstâncias precárias em que se encontravam as escolas isoladas de São Paulo, ressaltando que entre as décadas de 1900 e 1920 “[...] vários dispositivos legais foram fixados para essas escolas buscando sanar problemas de localização, provimento e melhor desempenho”.

As escolas isoladas tinham como grande desafio superar a carência de docentes que aceitassem “[...] enfrentar as diferentes dificuldades de ensino e de sobrevivência nas zonas rurais e nas regiões de povoamento recente. Além das condições inóspitas do meio, eram precários os locais de funcionamento das escolas e não havia casa para residência dos professores”(SOUZA, 2010).

Em 1917, as escolas isoladas foram classificadas, conforme Souza (2010), pela Lei nº 1.579, em urbanas e rurais. As primeiras foram criadas na sede dos municípios e as rurais “nas propriedades agrícolas nos núcleos colônias e nos centros fabris distantes da sede do município”. No mesmo ano, 1917, nas palavras de Souza (2010), houve uma ratificação na lei anterior – Lei nº 1.779 –, reclassificando-as em escolas isoladas rurais, distritais e urbanas. A delimitação das escolas isoladas rurais e urbanas não sofreu modificação, tendo sido acrescida ao documento a caracterização das escolas distritais, classificadas como escolas “situadas em bairros ou sedes de distrito de paz”.

A duração das diferentes modalidades de escolas isoladas paulistas estava em consonância, conforme de Souza (2010), com o Decreto nº 2.944, de 8 de agosto de 1918, e compreendia um tempo escolar diferenciado: de 4 anos nas escolas isoladas urbanas, de 3 anos para as distritais e de 2 anos para as escolas rurais. A tabela 01 exemplifica a expansão das escolas isoladas do estado de São Paulo entre os anos de 1900 e 1929:

Tabela 01

Expansão das Escolas Isoladas - SP

Anos	Escolas Isoladas
1900	1.050
1906	986
1914	1.212
1918	1.394
1924	1.563
1929	2.684

Fonte: SOUZA, 2010, p. 165

Os dados quantitativos apontam que, no período de 6 anos, entre 1900 e 1906, houve uma redução de 64 escolas isoladas em São Paulo, sendo que entre 1924 e 1929, intervalo de 5 anos, estas ganharam maior destaque, aumentando para 1.121 unidades. As escolas isoladas, ainda que instaladas “nas áreas urbanas, nos bairros populares, em distritos de paz, nas vilas industriais e nos núcleo de colonização, foram cada vez mais identificadas como uma escola primária tipicamente de zona rural” (SOUZA, 2010, p. 148).

Em seus estudos sobre a *Educação primária no estado da Bahia (1889-1930)*, Nascimento (2010, p. 3) esclarece que, como em outras localidades brasileiras, na Bahia, o número de escolas isoladas superou, em grande escala, outras modalidades escolares: “As

escolas eram distribuídas pelo Estado em conformidade com a frequência das crianças”. A regulamentação baiana de 1891 caracterizava a escola isolada como unidocente, ou seja, apenas um professor para ensinar a um conjunto de alunos e com desafios a serem superados,

[...] como as condições precárias de ensino que acabavam não estimulando a população em idade escolar a ocupar os bancos escolares, questão insistentemente recorrente nos relatórios das autoridades escolares que denunciavam que existiam escolas “vazias de alunos”, contribuindo para que a infância continuasse analfabeta. (NASCIMENTO, 2010, p. 3).

Inferese-se que a situação apresentada, ora pelo esvaziamento das escolas isoladas, ora pela falta de prédios públicos na Bahia, contribuía para que os governantes mantivessem as instalações inadequadas para os fins educativos, a fim de não impactar a receita pública. A primazia da ação republicana, na busca por soluções, “procurou regulamentar que toda escola devia ter prédio próprio destinado exclusivamente às suas finalidades, obedecendo às prescrições de higiene estatuídas em regulamento e com plano aprovado pela autoridade competente”(NASCIMENTO, 2010, p. 3).

Em 1910, havia na Bahia 686 escolas isoladas, em contraponto a apenas 1 grupo escolar, criado em 1908 (Grupo Escolar Rio Branco). No ano de 1923, o número de escolas isoladas chegou a 780, decaindo somente em 1927, com a supressão de várias dessas instituições para constituir o novo modelo escolar que despontava em todo o país, as *escolas reunidas*². Estas, de acordo com Souza (2009, p. 143), foram concebidas como uma escola de baixo custo e pressupunha a “reunião de escolas funcionando em um mesmo espaço objetivando a racionalização das atividades e a divisão do trabalho dos professores [...]”.

No estado de Goiás, as escolas isoladas tinham características semelhantes às baianas, “conhecidas como não graduada, em geral funcionava em casas improvisadas, sob o comando de um único professor, que utilizava método de ensino individual e que dispunha de poucos recursos didáticos e metodológicos”, sendo a classificação dos alunos, realizada por nível de aprendizado e segundo o programa de ensino do professor (ALVES, 2007, p. 13). Alves, ao realizar uma leitura da imprensa em Goiás, ressalta que os professores goianos predominantes nas escolas isoladas do estado, “trabalhavam por poucos salários e, muitas vezes, sem nenhuma condição de trabalho” (2007, p. 13).

No Rio de Janeiro, a escola isolada era “classificada e hierarquizada conforme a sua localização – rural ou urbana. Em sua maioria, funcionava em casas e prédios alugados, misto de escola e residência do professor e de sua família”. Elas se expandiram por todo estado e

² No ano de 1926, iniciou-se no estado da Bahia o processo de reunião das escolas isoladas, criando dessa forma, no citado ano, 14 escolas reunidas, número esse que quase triplicou no ano de 1927, chegando à implantação de 33 escolas reunidas, reduzindo, significativamente, o número de escolas isoladas (NASCIMENTO, 2010).

recebiam, em relação às outras modalidades escolares, um número maior de matrículas. No ano de 1916, havia 261 escolas isoladas e 33 grupos escolares. Em 1927, onze anos depois, quase triplicou o número de escolas isoladas (614 escolas) e praticamente dobrou a quantidade de grupos escolares (60) (SCHUELER, 2010 p. 157).

Apesar de existirem no Rio de Janeiro outras modalidades de escola, nas pequenas cidades afastadas do núcleo urbano, vilas e povoados, “o grosso da população ainda experimentava, como forma majoritária de socialização escolar, a escola isolada. A ‘velha’ casa de escola permaneceria como modalidade predominante para a expansão da escola primária no estado do Rio de Janeiro” (SCHUELER, 2010 p. 157). Com relação à expansão das escolas isoladas cariocas, os números mostram o crescimento dessa instituição em contraposição ao número de grupos escolares:

Tabela 02

Expansão da escola primário-RJ – 1916/1926

Anos	Grupos Escolares	Escolas Isoladas
1916	33	400
1918	37	430
1919	41	441
1920	49	456
1921	50	463
1922	51	480
1926	59	608

Fonte: SCHUELER, 2010, p. 128

O destaque na tabela está relacionado ao aumento do número de unidades escolares isoladas, no período compreendido entre 1922 e 1926, quando, no Rio de Janeiro, assistiu-se a um percentual de crescimento significativo estimado em 32 escolas isoladas ao ano.

Em Mato Grosso, a situação das escolas isoladas se assemelha aos demais estados brasileiros, soberana em quantidade numérica, foi a maior responsável por ofertar o ensino primário no estado. Contudo, não recebia “atenção” dos governantes mato-grossenses e passava por privações estruturais e pedagógicas.

Diante do explicitado, este artigo busca, a partir de fontes documentais como Relatórios de Presidentes, Inspectores e Diretores da Instrução Pública, Mensagem de Presidente do Estado de Mato Grosso, Legislações, disponíveis no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR) e no

acervo da Casa Barão de Melgaço (ACBM), analisar a criação da escola isolada em Mato Grosso, suas especificidades e destaque no cenário educacional desse estado.

A ESCOLA ISOLADA EM MATO GROSSO

O ensino nas escolas brasileiras, entre os anos de 1910 e 1920, integrava o projeto maior republicano, priorizando a defesa da nacionalidade e a disseminação de valores capazes de perpetuar/manter a cultura vigente. Segundo Leite (1970, p. 91), na República, instaurou-se o discurso de que éramos todos iguais perante a lei, por isso, independentemente da distância em que viviam, todos os brasileiros deveriam ter acesso à educação. Desse modo, “[...] para não ser contrassenso, operar intensa e rápida educação das massas, ou melhor, democratizá-las para que a República fosse uma realidade social e nacional”.

De acordo com Valle e Souza (1922, p. 124), a escola pública não deveria se restringir a ensinar a ler e a escrever. Os autores ressaltam que “[...] si a escola pública se limita a alfabetizar as crianças, longe estará de exercer sua função que lhe cabe na formação do caracter verdadeiramente nacional, na educação cívica do futuro cidadão”.

Mato Grosso na Primeira República era um estado composto de grande extensão de terras e escassa população. As fronteiras geográficas eram delimitadas por pequenos aglomerados urbanos e uma vasta área rural. Mato Grosso ainda não se encontrava em um patamar de desenvolvimento igualitário aos estados do Sudeste e do Sul do país e esse progresso só se realizaria, “na voz” da República, por meio da educação. De acordo com Alves (1998, p. 112), “em Mato Grosso, a educação era colocada como uma preocupação máxima e constante do governo. Contudo, o que se verificava, na prática, era o predomínio de escolas isoladas, criticadas desde as primeiras décadas da República como ineficientes [...]”.

Segundo Leite (1970, p. 95), o “primeiro regulamento do ensino do Estado, na fase republicana, foi baixado com o Decreto nº 10, de 7 de novembro de 1891 [...]”. Essa lei educacional tratou, em suas disposições, do ensino primário e secundário, modalidades educacionais presentes nos primórdios do século XX, tendo como seu idealizador o presidente do estado Manoel José Murtinho. O provimento para a criação das escolas, nesse inaugural regulamento, era dividido em três classes:

Tabela 03

Criação das escolas primárias por classe

Classes	Localização	Provimento
3ª classe	Escolas da capital.	Tantas quantas fossem necessárias.
2ª classe	Escolas das vilas ou cidades, que fossem sede de comarca.	Uma, pelo menos, para cada sexo.
1ª classe	Todas as outras escolas.	Havendo uma em cada localidade, mista e regida por professora.

Fonte: LEITE, 1970

As informações sobre a criação de escolas primárias utilizando uma ordem numérica crescente mostram que o urbano já se constituía como prioridade, indicando também que o presidente, ao expressar a *todas as outras escolas*, referia-se ao provimento de uma instituição escolar para cada localidade, deixando implícita a existência das escolas rurais.

O currículo do ensino primário preconizado pelo Regulamento de 1891 compreendia as matérias de leitura, impressos e manuscritos; caligrafia e escrita; elementos de gramática portuguesa e composição em prosa; elementos de aritmética, compreendendo o sistema métrico decimal; noções de geografia, especialmente do Brasil; noções de História do Brasil; trabalhos de agulhas e de prendas domésticas, nas escolas do sexo feminino (REGULAMENTO, 1891).

Leite (1970, p. 95) esclarece que o primeiro regulamento republicano não contemplava soluções para fazer com que o ensino fosse oferecido a toda população mato-grossense e não considerava os “problemas criados pela baixa densidade de uma população que vivia em 1 milhão e meio de quilômetros quadrados. Tanto o Império quanto a República tiveram de lutar contra a fatalidade geográfica e outras dificuldades que os regulamentos não podiam resolver”.

O ensino em Mato Grosso, de acordo com o regulamento de 1891, apresentava-se como obrigatório e “o regulamento determinava que se procedesse, anualmente, ao recenseamento das crianças em idade escolar.” Essa normativa tinha o objetivo de obter dados da população infantil que se encontrava fora das instituições escolares e, dessa forma, o poder público pudesse criar “escolas em número suficiente e ainda intimassem os pais a que matriculassem as crianças ou dissessem a razão por que não o faziam” (LEITE, 1970, p. 96). Entretanto, essa normativa ficou somente no Regulamento, já que não ocorreu o recenseamento escolar.

Sobre a obrigatoriedade de ensino e os dados censitários, Leite (1970, p. 96-97) complementa suas explicações dizendo: como “a obrigatoriedade era ‘medida melindrosa’ e mal vista pela população e os obstáculos não pudessem ser vencidos, a fim de proceder ao recenseamento, o governo suspendia temporariamente tal procedimento, esperando melhores

resultados no futuro”. O autor, ao final de suas considerações sobre o regulamento de 1891, prossegue suas explicações:

Três anos depois do aparecimento do regulamento, seu próprio autor, Murinho, assinalava que apesar autorização legislativa ele não tinha operado a reforma do ensino, porque esperava ‘da ação do tempo e das luzes da experiência a indicação das reformas que se deviam operar’. No ano seguinte (1895), em ‘mensagem’, dizia que não considerava habilitado, com ‘os dados que me tem fornecido a experiência’, para operar a reforma autorizada, lembrando que agia com prudência, ‘visto nada prejudicar mais a instrução do que as sucessivas alterações’. (LEITE, 1970, p. 97-98).

Outro Regulamento da Instrução Pública foi elaborado em 1896, considerado mais inovador que o anterior. Segundo Paes (2011, p. 56):

Nesse regulamento, a instrução passou a ser estruturada como ensino primário e secundário. O primeiro passando a ser composto por escola elementar de 1º grau e por escola complementar de 2º grau. Dessa forma, alterou-se a classificação das escolas, não mais consideradas como de 1ª, 2ª e 3ª classes, conforme Regulamento anterior. O estado, à época, tornou a escola elementar obrigatória para as crianças de sete a dez anos de idade, recomendando que unidades dessa escola deveriam ser implantadas onde houvesse crianças, cidades, vilas, freguesias e povoados do interior. Uma vez que havia a obrigatoriedade, foram impostas multas a pais e aos responsáveis que deixassem de enviar as crianças às escolas.

Assim como no Regulamento de 1891, no de 1896 as *Escolas Isoladas* não apareceram na classificação. O segundo Regulamento tinha como determinação: “A instrução pública do Estado de Mato Grosso se divide em primária e secundária. É ministrada à custa dos cofres públicos estaduais a todos os indivíduos de ambos os sexos, sem distinção de classes nem de origem” (REGULAMENTO, 1896, p. 66).

O ensino elementar era obrigatório para todas as crianças de 7 a 10 anos de idade e compreendia as seguintes matérias:

Matérias do Ensino Elementar Obrigatório
Leitura corrente de impressos e manuscritos.
Caligrafia e escrita.
Estudo prático da língua materna.
Leitura corrente de impressos e manuscritos.
Exercícios de intuição, ou noções de coisas acompanhadas de exercícios de leitura e escrita e de explicações sobre formas, cores, números, dimensões, tempo, sons, qualidades dos objetos, medidas, seu uso e aplicação.
Aritmética prática até divisão por dois algarismos; problemas fáceis sobre as quatro operações; noções gerais sobre numeração e valores dos algarismos; grandeza, quantidade e unidade; comparação da grandeza com a unidade; consequências resultantes dessa comparação; generalidades sobre os modos de dividir e subdividir a unidade; diversas espécies de fração resultantes de semelhante divisão.
Cultura moral; comentário das narrativas dos livros de leitura e dos fatos da vida escolar.
Geografia física e história do Estado.
Costura simples nas aulas de meninas.

Quadro 01: Ensino elementar obrigatório

Fonte: REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA PÚBLICA DE 1896.

O Regulamento de 1896 normatizou também a obrigatoriedade no ensino primário e a punição aos pais ou tutelados que não comprovassem os motivos da ausência das crianças na escola, exceto quando eram oferecidas aulas particulares no seio da família, observando as matérias escolares determinadas pelo Regulamento; ou devido à moléstia ou defeito físico que pudessem impedir as crianças de frequentarem a escola, sendo, nesses casos, os pais e tutores “obrigados a comunicar à autoridade competente, logo que os seus filhos e tutelados atingissem a idade prescrita, que os estavam instruindo em casa ou em aula particular, ou a participar o motivo por que não lhes proporcionam o ensino elementar.” (REGULAMENTO, 1896, p. 66).

No caso dos pais e/ou tutores não comunicarem os motivos pelos quais as crianças, com idades entre 7 a 10 anos, estavam fora das escolas, caso houvesse inverdade na declaração motivacional dos responsáveis, o Regulamento previa multa de “5\$000 a 20\$000 réis, e ao dobro na reincidência provada de três em três meses” (REGULAMENTO, 1896, p. 66). No entanto, a legislação educacional não esclarecia se essas determinações destinavam somente às áreas urbanas ou se entendiam às rurais.

Nos primeiros anos de 1900, de acordo com Sá e Sá (2011, p. 29), o cenário mato-grossense passava por momentos conflitantes em sua conjuntura social e política com a implantação do sistema republicano, “a liderança do estado Mato Grosso ficou, de forma alternada, nas mãos de dois grupos oligárquicos: do norte, representado pelos senhores de engenho e, posteriormente, usineiros de açúcar; e do sul, composta de grandes pecuaristas e pelos comerciantes”.

Por diversas vezes, a alternância no poder estadual disputado entres grupos oligárquicos e a luta por mantê-lo provocaram lutas armadas nos bairros da capital e no interior, instaurando um clima de pavor e insegurança entre a população, abalando sistematicamente a instrução pública mato-grossense (SÁ; SÁ, 2011).

Corroborando com as informações dos citados autores, Moreno (2007, p. 44) acrescenta que “a violência foi o recurso utilizado para a afirmação das oligarquias, que contaram também com o braço armado dos coronéis, e, com uma política fundada no sistema de compromissos [...]”. Prosseguindo a explicação, a autora enfatiza que:

O fenômeno do coronelismo tem seu fundamento na concentração da propriedade enquanto base econômica de sustentação das manifestações do poder privado. O processo de concentração de terras em Mato Grosso gerou todas as condições necessárias ao desenvolvimento de um dos mais arraigados sistemas de mandonismo

local. E, devido à natureza das elites dominantes no Estado, desde o regime imperial, o coronel tanto podia ser um grande proprietário rural, como um usineiro ou um comerciante bem sucedido. (MORENO, 2007, p. 44).

Os conflitos sociais agravaram mais a situação do ensino público estadual na década de 1900, que se apresentava de maneira bastante precária. A “[...] falta de professores, alunos, materiais escolares e prédios adequados para funcionamento das escolas”, fazia com que pairasse apreensão nos setores governamentais, já que não se podia dar continuidade ao projeto civilizador/modernizador que propunha a República (SÁ; SÁ, 2011, p. 29).

Com o abrandamento dos conflitos políticos e o aumento das divisas econômicas de Mato Grosso em 1910, pôde o governo Pedro Celestino Corrêa da Costa cuidar do ensino, propondo investir na reformulação da instrução pública primária e na habilitação docente. Assim, foi elaborado e sancionado o novo Regulamento da Instrução Pública de 1910.

Nele ficou firmado o compromisso do Estado com o ensino primário mato-grossense, sendo que este deveria ser “leigo e ministrado a custa dos cofres estaduais, a todos os indivíduos, de ambos os sexos, sem distinção de classe e nem origem”. Para a concretização dessa diretriz, seriam implantadas “escolas primárias em todas as cidades, freguesia e povoado do Estado; entendendo-se por povoado qualquer grupo de habitante que não residam em terras de propriedade particular e onde se apure pelo menos vinte meninos nas condições de frequentar a escola” (REGULAMENTO, 1910, p. 1).

Assim, o ensino deveria ser gratuito e obrigatório para todas as crianças entre 7 e 10 anos de idade, prescrevendo que o mesmo deveria ser ministrado “aos meninos residentes dentro do circulo traçado pelo raio de um quilômetro médio da sede da escola”. Para a escola masculina, seriam destinados professores e para as escolas femininas, professoras, “podendo haver pequenas freguesias e povoações, escolas mistas, regidas de preferencia, por professoras”(REGULAMENTO, 1910, p. 1). Essa última determinação estava em consonância com as características das escolas isoladas, brasileiras e mato-grossenses.

De acordo com Alves (1998, p. 28), “a reforma do ensino, em 1910 representou uma tentativa de adequação da instrução à nova realidade, em virtude do regime republicano e do processo de modernização em curso”, sendo que o fato que reforçou essa afirmação foi a criação dos grupos escolares em Mato Grosso, constituídos da reunião de “pelo menos, seis escolas primárias, no perímetro fixado pela obrigatoriedade de ensino, o governo poderá reunindo-as, fazê-las funcionar em um só prédio”, seriam compostas por salas masculinas e femininas e as escolas absorvidas para compor este tipo de instituição, seriam eliminadas do

quadro geral das instituições escolares, “passando os respectivos professores a serem considerados auxiliares do director do grupo” (REGULAMENTO, 1910, p. 1).

Em relação às escolas isoladas, Alves (1998, p. 28) ressalta a neutralidade das determinações legais quanto ao seu quadro situacional, sendo que:

grande parte das propostas reformistas se limitaram ao Regulamento e só foram aplicadas nos grandes centros, sendo que a maioria das escolas de Mato Grosso, especialmente as do interior, sequer tiveram conhecimento da reforma na época em que foi realizada.

As escolas isoladas, no Regulamento de 1910, não aparecem enquanto instituições de ensino. Sua presença se torna perceptível por meio das características até aqui apresentadas. Sobre a criação de uma escola, o Regulamento prescreveu que cabia ao presidente do Estado decretar, por intermédio de:

representação dos pais, tutores ou educadores dos meninos, assinada dos próprios punhos, e encaminhada ao Governador por intermédio do Juiz de Paz da respectiva circunscrição que informará, emitindo sua opinião sobre a necessidade ou conveniência da criação de que se trata (REGULAMENTO, 1910, p. 119).

Pode-se observar que era festivo o dia de inauguração de uma escola isolada, ocasião em que a comunidade se reunia em torno do acontecimento, com a participação especial de crianças. O Regulamento previa que a abertura dessa modalidade de escola era autorizada tendo por pressuposto 20 alunos, podendo comportar até 60, sob a regência de um único professor.

No ano de 1913, havia em todo Mato Grosso 123 escolas isoladas e 5 grupos escolares. Em Mensagem à Assembleia Legislativa do citado ano, o presidente de Mato Grosso, Joaquim Augusto da Costa Marques, expressava sua preocupação com os rumos da educação mato-grossense:

Muito e muito ainda se precisa fazer n'este departamento da administração publica para se alcançar o resultado desejavel, e os esforços do governo no sentido de melhorar e diffundir a instrução por todo o Estado teem encontrado embaraço e difficuldades de toda especie - desde a falta de pessoas idoneas nos diversos municipios e povoações para o exercicio do magistério e de outras funcções que lhe são inerentes, até o de casas apropriadas para o regular funcionamento das escolas (MENSAGEM, 1913, p. 89).

No ano de 1917, novos esforços foram envidados, a fim de que as escolas isoladas tivessem sua realidade modificada e pudessem atingir os fins educacionais propostos na legislação estadual (Regulamento de 1910). Para isso, foi implantado um programa de ensino específico para essas escolas, organizado pelos professores Leowigildo Martins de Mello, Idalina Ribeiro de Faria e Philogonio de Paula Corrêa. Tal programa “[...] possuía conteúdos distribuídos gradualmente ao longo dos três anos e organizados detalhadamente, a fim de

orientar a metodologia através das quais tais conteúdos seriam ministrados” (SÁ; SÁ, 2011, p. 41).

Quanto ao ensino, a metodologia pautava principalmente no método intuitivo, privilegiando os exercícios práticos que, ministrados através de um:

método experimental que possibilita a aprendizagem através da observação, utilizando novos materiais, Museus Pedagógicos, atividades diferenciadas, estudo do meio e de manuais, com a finalidade de educar a criança com uma nova concepção de conhecimento (POUBEL E SILVA, 2006, p. 67).

No resumo geral das matérias destinadas às escolas isoladas: “leitura, escripta, calculo arithmetico sobre números inteiros e fracções, língua materna, geographia do Brasil, deveres cívicos e moraes” (REGULAMENTO, 1917, p. 164), fora as matérias apresentadas no Programa de Ensino para as escolas isoladas (1917, p. 164), existiam conteúdos livres e/ou facultativos, como ciências naturais (disciplina que não tinha horário nem dia pré-determinado, por isso, era chamada de conteúdos livres e compreendia explicações sobre o homem, animais e plantas), lições gerais (facultativo, compreendendo o ensino das cores, fenômenos naturais como chuva, trovão, neblina, orvalho, nevoeiro), desenho com conteúdos direcionados ao estudo das formas (folhas lineares, lanceoladas, espatuladas circulares, ovais, recortadas, objetos usuais e animais) e a de canto, com coral e hinos. “O ensino de animais, plantas e lições gerais, a que se referem os programas, é facultativo, ficando, por isso, a boa vontade do professor, o desenvolvimento ou não o mesmo programa” (REGULAMENTO, 1917, p. 164).

Nesse programa, ficou estabelecido 3 anos para o curso primário nas escolas localizadas em áreas distantes dos centros urbanos. As lições parecem apresentar um grau de dificuldade evolutivo e gradual, do simples (1ª seção), para média (2ª seção) e para maior complexidade (3ª seção). Parece-nos ser um esforço de graduar o ensino unidocente em moldes mais simplificados que a proposição dos grupos escolares. Abaixo, pode-se observar o quadro de horários e disciplinas, fixado no ano de 1917, implantado e desenvolvido em todas as escolas isoladas do estado:

HORAS	DIAS DA SEMANA	1ª SECCÃO	2ª SECCÃO	3ª SECCÃO
12:00 as 12:10	Diariamente	CHAMADA E CANTO		
12:10 as 12:30	-	Números	Cópia de Parker	Problema
12:30 as 12:50	-	Tornos	Números	
12:50 as 12:55	-	DESCANÇO, CONTO OU MARCHA		
12:55 as 13:15	-	Cópia de Parker	Tornos	Arithmetica
13:15 as 13:25	-	GYMNASTICA		

13:25 as 13:40	-	Leitura e linguagem oral	Linguagem escrita na lousa	Arithmetica
13:40 as 13:55	-	Cópia de palavras	Leitura e linguagem oral	Leitura Silenciosa
13:55 as 14:00	-	DESCANÇO, CONTO OU MARCHA		
14:00 as 14:20	-	Linguagem escrita na lousa	Cópia de sentenças	Leitura e linguagem oral
14:20 as 14:40	-	PREPARO PARA O RECREIO		
14:40 as 14:45	-			
14:45 as 15:15				
15:15 as 15:20		CHAMADA		
15:20 as 15:35	2 ^a , 4 ^a e 6 ^a 3 ^a , 5 ^a e sabbados	História Geographia	Leitura silenciosa Desenho na lousa	Cartographia -
15:35 as 15:55	2 ^a , 4 ^a e 6 ^a 3 ^a , 5 ^a e sabbados	Desenho contornos ou cópia	História Geographia	História Geographia
15:55 as 16:15	2 ^a e 5 ^a 3 ^a e 6 ^a 4 ^a e sabbados	Leitura complementar Números Cópia	Composição Leitura complementar Trabalho manual	Composição Leitura complementar Problemas
16:15 as 16:30	2 ^a e 5 ^a 3 ^a e 6 ^a 4 ^a e sabbados	Plantas Animaes Licções geraes	Plantas Animaes Licções geraes	Plantas Animaes Licções geraes
16:30 as 16:35	Diariamente	DESCANSO		
16:35 as 16:55	2 ^a , 4 ^a e 6 ^a 3 ^a , 5 ^a e sabbados	Caligrafia ou linguagem escripta Desenho ou trabalhos manuaes Canto, poesia ou hygiene		
16:55 as 17:00	Diariamente	PREPARO PARA A SAHIDA E SAHIDA		

Quadro 02: Horário modelo para as Escolas Isoladas

Fonte: REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE MATTO-GROSSO (APMT), 1917.

Apesar de ter sido implementado um programa de ensino específico para as escolas isoladas mato-grossenses, Sá e Sá (2010) explicam que não há comprovação de que tais normativas se efetivaram em todas as localidades isoladas de Mato Grosso, principalmente no que se refere às escolas isoladas rurais, devido a diversos fatores, conforme ressaltado por D. Francisco de Aquino Corrêa:

Nas pequenas localidades do interior, espalhadas a grande distancias, uma das outras, pelo immenso territorio do Estado, sem communicação facil, onde a vida rudimentar é sem conforto, sem hygiene e cada vez mais dispendiosa, não podem attrahir pessoal habilitado para gerir suas escolas, nem permitem uma efficaz fiscalização (MENSAGEM, 1919, p. 32).

Pelas informações do governante (1919), é possível vislumbrar as dificuldades em que as escolas isoladas, criadas em localidades de difícil acesso, tinham de enfrentar por falta de

conforto e de comunicação, não se constituindo local ideal para se trabalhar. No caso das escolas isoladas de Diamantino, MT, pode-se observar algumas similitudes e diferenças entre as localizadas nas zonas rural e urbana.

A 1ª escola urbana masculina diamantinense, situada na Rua da Igreja, s/n, foi uma das mais antigas da cidade, criada pela Lei estadual nº 68, de 27 de junho de 1894. O seu quadro discente era composto, em 1945, por 27 alunos e funcionava em prédio próprio mantido pelo governo estadual. A duração do curso era de três anos.

Já a Escola Isolada Rural Mista da Povoação de Córrego Fundo, no mesmo município, foi criada pelo Decreto nº 527, de 25 de setembro de 1920. As fontes encontradas para relacionar o número de alunos matriculados e a organização das disciplinas da citada escola são datadas de 1935. Nesse período, a escola funcionava com 50 alunos e o curso era de apenas dois anos.

Os conteúdos trabalhados e o material pedagógico também se diferenciavam. Na Escola Urbana, a professora contava com auxílio da *Cartilha do Povo* - 1º ano B (autoria CMSP); *Tabuada Barker* - 1º ano B (autora Antonia Maria Barker); *Cartilha de Crianças* - 1º ano C, B (autor Luciano Lopes); *Cartilha Popular* - 1º ano C (autora Rita M. Barreto) e *ABC Infantil* - 1º ano A e B (autora Maria Paula). No primeiro semestre do ano letivo, a professora selecionou e ministrou os seguintes conteúdos:

Ano	Disciplina	Forma de desenvolvimento	Referência no programa
1º A	ABC Infantil	Conta dos números até 100	–
1º B	Cópia	Cópia do traslado	–
	Tabuada	Adição	Lição oral
	Leitura	Exercício de Leitura “cartilha do povo”	–
	Conta	Exercício de conta sobre adição de	–
1º C	Tabuada	Adição e subtração	–
	Leitura	Exercício de Leitura Meu Livro 1º	Lição oral
	Cópia	Exercício de cópia Meu Livro 1º	–
	Conta	Adição e subtração	Lição oral
2º	Cópia	Exercício de cópia Meu Livro 2º	–
	Aritmética	Exercício de calculo (subtração)	–
	Leitura	Exercício de Leitura Meu Livro 2º	Lição oral
	Ditado	Exercício de ditado	Lição oral
	História Pátria	1º ponto Descobrimto do Brasil	Lição oral
	Língua Portuguesa	Noções preliminares	Lição oral
3º	Leitura	Exercício de leitura (4º livro)	Lição oral
	Aritmética	Problema exercício de cálculo	–
	Geografia	Pontos sobre geografia	Lição oral
	Ditado	Exercício de ditado	Sei Ler
	Língua Portuguesa	Exercício de gramática Análise	Lição oral
	Ciências	1º Ponto Decomposição do ar	Lição oral
	História Pátria	1º ponto Descobrimto do Brasil	Lição oral
	Leitura	Exercício de leitura (3º livro)	Lição oral
	Aritmética	Exercício das quatro operações	–
	Cópia	Exercício de cópia “Sei Ler”	–

3° C	Ciências	1º ponto – O esqueleto	Lição oral
	História Pátria	1º ponto- O descobrimento do Brasil	Lição oral
	Geografia	1º ponto – Serras de Mato Grosso	Lição oral
	Ditado	Exercício de ditado	Lição oral
	Língua Portuguesa	1ª lição – nome ou substantivo	Lição oral

Quadro 03: Conteúdos do primeiro semestre da Escola Isolada urbana, 1945.

Fonte: ARQUIVO DA ESCOLA ESTADUAL PLÁCIDO DE CASTRO EM DIAMANTINO – MT.

A organização da turma seguia a ordem decrescente para imprimir o grau de complexidade das matérias. O 1º ano era dividido em 3 fases: 1º ano A, 1º ano B e 1º ano C. Na primeira etapa, a professora só utilizava a cartilha; da segunda em diante, ela usava um livro para cada ano, aumentando gradativamente o grau de complexidade das disciplinas.

No 2º ano, quando se subtendia que a criança já sabia ler e escrever, eram acrescentadas as disciplinas de aritmética, ditado, história pátria e língua portuguesa. No 3º ano, identificado como sendo C, contou também com aulas de geografia e ciências. Entre o 3º ano C e o 3º ano há uma maior complexidade, pois o aluno passava a realizar exercícios com as quatro operações matemáticas (adição, subtração, multiplicação e divisão), estudo do esqueleto humano e sobre as serras de Mato Grosso. Na escola rural, a divisão de disciplinas consistia em:

Ano	Disciplina	Forma de desenvolvimento	Referência no programa
1º ano	Leitura	Cartilha	Lição oral
	Aritmética	Tabuada	Lição oral e exercício no quadro
	Geografia	Exercício de cópia	–
2º ano	Leitura	Nossa Pátria	Lição oral
	Aritmética	Unidades Numéricas	Lição oral e exercício no quadro
	História	Descobrimto do Brasil	–
	Caligrafia	Cópia	Exercício escrito
	Geografia	Desenho e Morfologia Geométricas (definição gerais: espaço, linha, superfície e corpo, componente do ar e volume)	Lição oral
	Corografia	Estudo de Mato Grosso	Lição oral

Quadro 04: Conteúdos do primeiro semestre da Escola Isolada Rural, 1935.

Fonte: ARQUIVO DA ESCOLA ESTADUAL PLÁCIDO DE CASTRO EM DIAMANTINO – MT.

A organização das disciplinas, do material pedagógico e da estrutura da escola era diferente daquela da área urbana. Na escola isolada rural, eram ministradas apenas noções dos conteúdos e sem variação do grau de complexidade. Percebe-se que o número de alunos da escola rural era expressivamente superior ao da escola isolada urbana.

O professor não fazia menção explícita ao livro didático enquanto auxiliar em seu trabalho, mas pelo cronograma percebe-se que ele utilizava somente a cartilha e a tabuada.

Cabe registrar aqui que esse professor foi substituído nessa escola somente depois de 21 anos, em 1947 (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE MATO GROSSO, 1951).

No que diz respeito à instalação escolar, é possível perceber que ambas as unidades escolares eram desprovidas de qualquer estrutura material para o bom funcionamento da escola. Vejamos: A Escola Urbana possuía em suas dependências: 3 carteiras, 1 mesa com duas gavetas, 1 quadro, negro, 1 mapa geral do Brasil, 1 mapa econômico do Brasil e 1 mapa mundial. Já a Escola Rural funcionava com 1 mesa, 3 bancos e 1 pedra de lousa.

Essas duas realidades permitem questionar: como eram instalados 27 alunos em 3 carteiras e 50 alunos em 3 bancos, respectivamente? Certamente sentados em tocos de árvores, no chão de terra batida ou distribuídos entre os cantos da sala ou ainda no pátio. Como trabalhar com o método intuitivo, preconizado pelo Regulamento da Instrução Pública de 1910, se as escolas não possuíam a infraestrutura física e os materiais didáticos necessários ou mesmo não era oferecida ao professor melhor formação?

Percebe-se que, na escola isolada, os professores buscavam trabalhar com o que era possível, mesmo que a escola não tivesse quadro para passar a lição, carteiras para acomodar os alunos sentados e apresentasse condições estruturais precárias, parece que o objetivo era ofertar a oportunidade para aprender a ler, a escrever e a contar aos que moravam em lugares de difícil acesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Isolada em Mato Grosso não se difere das demais escolas dessa modalidade no período escolhido para estudo, espalhadas em todo o país. As condições difíceis de acesso e de trabalho traçam um cenário de ausência de ações dos governantes para minimizar os problemas educacionais.

Percebe-se ao comparar a Escola Isolada nas áreas mais povoadas das que se localizam longínquas dos núcleos urbanos que a estrutura da grade curricular deixa muito a desejar nas áreas isoladas.

Na isolada urbana, o curso primário era composto por três anos no 1º ano, um 2º ano e dois anos no 3º ano e as disciplinas eram acompanhadas de exercícios de cópia, leitura e escrita, evoluindo gradativamente do nível simples para o complexo. Já na escola isolada não urbana, o ensino primário era composto apenas de dois anos rudimentar em que priorizavam as noções de cada área de ensino, aprender a “ler, escrever e contar”.

Esse fato talvez seja uma das maiores contradições existentes em Mato Grosso, pois mesmo sendo considerada com um ensino rudimentar, o qual os governantes admitiam não servir para “nada”, a escola isolada se espalhou por todos os lugares do estado, sendo criadas unidades em todas as localidades – casas de professores, fazendas, áreas ribeirinhas, garimpos –, enfim, em cada lugar onde houvesse crianças em idade escolar, ali também seria criada uma escola isolada mista. Dessa forma, as ações do governo, descritas nas fontes documentais, seguiam na contramão das declarações dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Fábila. *Política e escolarização em Goiás: Morrinhos na primeira República*. Tese (Doutorado em Educação). UFMG – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. 209p

LEITE, Gervásio. *Um século de instrução pública: história do ensino primário em Mato Grosso*. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1970.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso*. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1913.

_____. *Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso dirigida à Assembleia Legislativa*. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1919.

_____. *Registro Geral do Estabelecimento Escolar: Escola Isolada Rural Mista da Povoação de Córrego Fundo*. Arquivo da Escola Estadual Plácido de Castro, Diamantino - MT, 1935.

_____. *Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Estado de Mato Grosso*. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1917.

_____. *Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Estado de Mato Grosso*. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1986.

_____. *Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Estado de Mato Grosso*. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1917.

_____. *Regulamento da Instrução Pública Primária*. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1891.

_____. *Regulamento da Instrução Pública Primária*. Cuiabá - Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1910.

_____. *Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso – SEDUC*. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1951.

MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)*. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2007.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A educação primária no estado da Bahia (1889-1930). In: *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1950)*, 2010. p. 2-15p. (Documento manuscrito, não publicado) mineo.

PAES, Ademilson Batista. *A escola primária rural em Mato Grosso no período republicano (1889-1942)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Araraquara-SP, 2011. 268p.

POUBEL E SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infantil em Mato Grosso (1910-1927)*. Tese (Doutorado em Educação) – USP, Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006. 220 fls.

REIS, Rosinete M. *Palácios da Instrução: institucionalização dos Grupos Escolares em Mato Grosso (1910-1927)*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso, PPG, Cuiabá, 2003.

SÁ, Nicanor Palhares; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. A escola pública primária mato-grossense no período republicano (1900-1930) In: _____. *Revisitando a história de escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na Primeira República*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Grandeza da Pátria e Riqueza do Estado: Expansão da Escola Primária no Estado do Rio de Janeiro (1893-1930). *Revista de Educação Pública*. v. 19, n. 41 (set./dez. 2010), p. 535-550.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: Memória, História e perspectivas de Pesquisa. *Revista Tempo*. 2009, v. 13, n. 26, p. 32-55. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. *A institucionalização dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo na Primeira República: subsídio para a história comparada da escola primária no Brasil*. 2010. 148-191. (Documento manuscrito, não publicado) Mimeo.

_____. *Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: EdUNESP, 1998.

VALLE, Freitas; SOUZA, João Batista Mello. Escolas rurais e urbanas – estágio e programa de ensino escolas rurais e urbanas. In: *Anais... da Conferência Interestadual de Ensino Primário, realizada no Rio de Janeiro de 12 a 16 de outubro 1922*. Rio de Janeiro: O Norte, 1922. p. 124-139 (FEUSP – São Paulo, tomo 53).